

Itinerários Formativos e Justiça Social: Um Olhar Crítico sobre o Novo Ensino Médio em São João da Barra-RJ

Luiza Barboza Pereira

(mestranda no Programa de Pós-Graduação de Sociologia da UFSCar)

luizabarboza@estudante.ufscar.br

Resumo: O Novo Ensino Médio (NEM), implementado no Brasil, busca flexibilizar o currículo e alinhar a formação escolar às exigências do mundo do trabalho. Este estudo examina os impactos dessa reforma na formação e empregabilidade dos jovens em São João da Barra-RJ, município transformado pelo Complexo Portuário e Industrial do Açu. A pesquisa adota uma perspectiva crítica, para analisar se o NEM realmente promove inclusão e prepara os jovens para os desafios e oportunidades trazidos pelas novas dinâmicas do mercado de trabalho, ou se perpetua desigualdades e formas de controle social. Com foco nos itinerários formativos e nas suas implicações para os jovens em situação de vulnerabilidade, o estudo questiona se as opções educacionais oferecidas pelo NEM são percebidas como oportunidades inovadoras para o futuro ou se funcionam como mecanismos de exclusão. A pesquisa investiga a distribuição de oportunidades, o reconhecimento das identidades e a participação dos estudantes nas decisões educacionais, com o objetivo de avaliar o papel do NEM na promoção da justiça social no contexto da preparação para o mercado de trabalho do futuro. Com uma abordagem qualitativa e exploratória, a pesquisa combina entrevistas e análise documental para entender a relação entre a oferta educacional e a inserção dos jovens no mercado de trabalho em um cenário de rápidas mudanças socioeconômicas e tecnológicas.

Palavras-chave: Juventudes; Ensino Médio; Itinerários Formativos; Projeto de Vida; Empregabilidade;

INTRODUÇÃO

A implementação do Novo Ensino Médio no Brasil trouxe mudanças significativas à estrutura curricular, visando flexibilizar a formação dos estudantes e prepará-los para as novas demandas do mercado de trabalho. Esta pesquisa coloca então a seguinte questão: como os jovens sanjoanenses avaliam a preparação para o mercado de trabalho a partir do currículo do Novo Ensino Médio? Esse questionamento se fundamenta na necessidade de compreender se a reforma do ensino médio promove a inclusão e a justiça social ao preparar os jovens para

oportunidades e desafios econômicos, ou se ela reforça desigualdades ao não atender plenamente as necessidades e expectativas dos jovens locais.

O objetivo desta pesquisa é investigar a distribuição de oportunidades, o reconhecimento das identidades e a participação dos estudantes nas decisões educacionais, com o objetivo de avaliar o papel do Novo Ensino Médio na promoção da justiça social no contexto da preparação para o mercado de trabalho.

Com uma abordagem qualitativa e exploratória, este estudo pretende, assim, contribuir para uma análise crítica sobre o impacto das políticas educacionais na vida dos jovens e nas dinâmicas de empregabilidade locais, oferecendo subsídios para a avaliação do papel do Novo Ensino Médio na promoção da justiça social.

JUSTIFICATIVA

A relevância desta pesquisa está enraizada no impacto direto do Novo Ensino Médio na formação dos jovens brasileiros e na sua preparação para o mercado de trabalho, especialmente em contextos socioeconômicos desafiadores como o de São João da Barra-RJ. A cidade, transformada pela instalação do Complexo Portuário e Industrial do Açú, vive uma fase de intensas mudanças que alteram profundamente suas dinâmicas de emprego e as expectativas profissionais de seus habitantes, especialmente os jovens. Esse contexto singular oferece uma oportunidade de examinar como as novas diretrizes educacionais interagem com a realidade local e se conseguem responder às necessidades específicas de uma juventude que enfrenta tanto novas oportunidades quanto barreiras de inserção laboral.

A importância deste estudo reside na análise crítica de uma política educacional recente que promete flexibilidade e inovação, mas que, na prática, pode apresentar lacunas significativas, especialmente para jovens em situação de vulnerabilidade. Em São João da Barra, o mercado de trabalho gerado pelo Porto do Açú ressalta a urgência de compreender se o Novo Ensino Médio realmente está auxiliando os jovens para aproveitarem essas oportunidades.

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E (RE)PRODUÇÃO DE VULNERABILIDADES

O capitalismo flexível, cujas origens remontam à década de 1960 com o modelo japonês de gestão, introduziu uma nova lógica de produção e organização do trabalho. Com a desespecialização, a polivalência e o incentivo à melhoria contínua, o modelo japonês se destacou por promover a participação ativa dos trabalhadores em equipes multifuncionais, redefinindo o papel do trabalhador na racionalização do trabalho operário (Coriat, 1993). Essas práticas se consolidaram na economia informacional, onde o conhecimento e a tecnologia passaram a exercer papel central na produção; Castells (1999) observa que, nesse novo paradigma, a inovação e a flexibilidade tornaram-se imperativas, valorizando redes de empresas em detrimento das hierarquias tradicionais. Esse processo intensificou a desigualdade digital e a concentração de poder, evidenciando a necessidade de adaptação constante dos trabalhadores, o que, para Sennett (1999), gerou uma “vida emocional à deriva”, marcada por constantes mudanças e perda de vínculos duradouros, que afastam os indivíduos de valores familiares e de uma relação orgânica com o trabalho.

Nos anos 1990, o neoliberalismo intensificou essa tendência ao instituir uma política de flexibilização laboral e enfraquecimento dos vínculos contratuais. As políticas neoliberais, ao deslocarem a responsabilidade pela inserção econômica para o indivíduo, ignoram as barreiras estruturais que limitam o desenvolvimento social e econômico de muitos trabalhadores, sobretudo dos jovens (Tommasi & Corrochano, 2020; Gray & Smith, 2024). Com isso, a internalização dos valores de competitividade e autossuficiência redefine a percepção do trabalho e da relação salarial, o que Gorz (2005) denomina de “subsunção do sujeito pelo capital”. Esse fenômeno dissolve a fronteira entre vida pessoal e profissional, instaurando uma lógica de precarização contínua que permeia todas as esferas da vida, transformando o sujeito em uma “empresa de si mesmo” (Gorz, 2005). Bajoit e Franssen (1967) apontam que, para os jovens, essa condição fragmentada e competitiva dificulta a construção de uma identidade coletiva, resultando em relações de trabalho dominadas por hierarquias invisíveis e pressões constantes por desempenho individual, o que corrobora a ideia de Sennett (1999) de uma experiência emocional instável e desgastante.

No contexto da juventude, esse processo de precarização e individualização revela-se particularmente problemático. Como aponta Peralva (1997), a modernidade introduziu a juventude como uma categoria administrativa, com o Estado assumindo a responsabilidade de educar e proteger o indivíduo. No entanto, o neoliberalismo, ao desresponsabilizar o Estado, redefine essa etapa da vida. A juventude, então, passa a enfrentar as exigências de qualificação e inserção no mercado de trabalho em um contexto de autonomia forçada, onde a ausência de suporte institucional intensifica a vulnerabilidade.

A análise de Cuervo e Miranda (2023) sobre a juventude, a partir de uma abordagem relacional, ilumina essa dinâmica ao mostrar como as oportunidades de participação e reconhecimento social são moldadas pelas relações de distribuição de recursos e poder. Segundo esses autores, a juventude se encontra em um campo de forças onde a falta de reconhecimento e as desigualdades na distribuição de oportunidades não apenas limitam suas trajetórias, mas também reforçam as vulnerabilidades econômicas e sociais. Essa perspectiva relacional, aliada ao conceito de danos sociais de Gray e Smith (2024), expõe as consequências da ausência de políticas de proteção para a juventude. Gray e Smith (2024) apontam como o neoliberalismo marginaliza os jovens de classes populares, submetendo-os a uma lógica punitiva e disciplinar que amplifica as barreiras para a inclusão social e econômica. Assim, a abordagem relacional ajuda a entender o papel das redes sociais e políticas como fundamentais para a inclusão juvenil, enquanto a perspectiva dos danos sociais evidencia os efeitos negativos das políticas neoliberais de exclusão e controle.

Fraser (1991) destaca que, para uma justiça social completa, é necessário haver tanto redistribuição econômica quanto reconhecimento cultural. No entanto, as políticas neoliberais dos últimos anos se desviaram desse princípio, promovendo a individualização das necessidades - em vez de serem vistas como questões públicas a serem atendidas pelo Estado, essas necessidades tornam-se responsabilidades individuais, levando os jovens a enfrentarem, por conta própria, a inserção no mercado de trabalho (Fraser 1991). Essa individualização também representa uma transformação dos valores sociais incentivando a auto exploração e a autonomia extremada (Merklen, 2013). A "economia moral do capital" prioriza o sucesso individual em detrimento da solidariedade comunitária e das proteções sociais, o valor do trabalho é redefinido - deslocando-se de um projeto socialmente útil para um modelo de sucesso

individualizado, no qual o jovem precisa "empreender" a si mesmo como projeto pessoal, mesmo sem condições adequadas para isso (Merklen, 2013). A transição para o mundo adulto, antes mediada pela segurança de uma educação e um mercado de trabalho estruturados, torna-se um fardo pessoal, fragilizando ainda mais a juventude.

Essa “privatização das necessidades” (Fraser, 1991) e a valorização da autoexploração (Merklen, 2013) operam lado a lado na criação de vulnerabilidades estruturais. Quando o indivíduo é visto como único responsável por atender suas próprias necessidades, sem amparo social, surge o que Fraser (1991) descreve como um déficit de reconhecimento, onde as necessidades legítimas dos indivíduos são desconsideradas e tratadas como fracassos pessoais. Para os jovens, essa situação é particularmente nociva, uma vez que, além de lidarem com as exigências da formação e das pressões do mercado de trabalho, precisam ainda construir uma identidade em um contexto de fragmentação e desamparo.

A educação é um reflexo claro desta dinâmica. A reforma do Novo Ensino Médio no Brasil, por exemplo, ao incentivar o "projeto de vida" como eixo central do currículo (Lei nº 13.415/2017), promove uma visão da juventude como um agente autônomo, capaz de decidir e planejar seu futuro de forma independente. No entanto, como aponta Dayrell (2003), a juventude é um sujeito social cuja autonomia depende de relações de apoio e reconhecimento, e que enfrenta desafios particulares no mercado de trabalho. Ao desconsiderar essas condições, o Novo Ensino Médio reforça a precarização da juventude e contribui para a perpetuação da lógica neoliberal de responsabilidade individual e de flexibilização.

Assim, o capitalismo flexível e o neoliberalismo redefiniram não apenas as relações de trabalho, mas também a própria construção da juventude como uma categoria social. Esse sistema aprofunda vulnerabilidades que vão além do econômico, influenciando a formação de identidades e desestruturando laços sociais. A economia moral do capital impõe valores de autonomia e auto exploração, que não só redefinem o trabalho como também transformam os vínculos comunitários e os valores compartilhados (Merklen, 2013). Em última análise, o contexto neoliberal e a flexibilização econômica promovem uma juventude isolada e fragmentada, sujeita às exigências de um mercado de trabalho que valoriza o capital humano imaterial e desvaloriza o suporte coletivo. A análise crítica desses processos é, portanto, essencial para entender as vulnerabilidades que afetam a juventude e para propor políticas que

(r)estabeleçam as redes de apoio e valorizem a participação social e o reconhecimento dos jovens como sujeitos plenos de direitos.

CONTEXTO DE SÃO JOÃO DA BARRA E O PORTO DO AÇU

São João da Barra (SJB) é um município localizado no litoral do Norte do Estado do Rio de Janeiro com 36.573 habitantes (IBGE, 2022). Durante o Brasil colônia, fundada como uma vila de pescadores, foi ganhando seu espaço na economia colonial com o porto fluvial que escoava mercadorias através do Rio Paraíba do Sul até o avanço do capitalismo no final do século XIX levar a economia colonial ao colapso - e consequentemente o porto de São João da Barra (Silva & Carvalho, 2004). Na década de 1970 o “choque do petróleo” desacelerou o ritmo econômico de vários países, mas o caso brasileiro ia em sentido oposto (Harvey, 1993) com a exploração de petróleo em Macaé-RJ intensificando novas dinâmicas econômicas Estado do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que iam se criando estruturas para o atendimento de tais atividades (Silva & Carvalho, 2004). São João da Barra passa a ser beneficiado com os royalties e a receita do município cresce significativamente.

A partir da década de 1990 destaca-se no Brasil a infraestrutura logística e, em especial, a questão portuária como estratégia de desenvolvimento econômico (Pessanha et al., 2013). Nesse contexto temos o Porto do Açú, um complexo portuário e industrial exportador em São João da Barra, que começou a ser planejado no final da década de 90 e inaugurado em 2014. A implantação desse empreendimento ancora sua justificativa no discurso de criação de valor na economia local, maximizando a arrecadação de impostos e geração de riquezas e empregos na região, para Pedlowski (2012, p. 5), “os benefícios alardeados também possuem um elemento ideológico”, cujo objetivo é, supostamente, construir um futuro para São João da Barra economicamente desenvolvido e ambientalmente sustentável.

O Porto do Açú é hoje o maior complexo portuário e industrial privado de águas profundas da América Latina, tendo 22 empresas instaladas e uma previsão de investimentos de mais de 22 bilhões de reais nos próximos 10 anos¹. Entretanto as promessas feitas a população de São João da Barra parecem ainda não terem chegado ou já foram esquecidas.

¹ <https://portodoacu.com.br/o-porto/>

Em 2019, o então subsecretário de desenvolvimento econômico do município afirmou que o Porto do Açu empregava cerca de 4.500 sanjoanenses e ainda que esse montante representa-se um aumento significativo na empregabilidade do sanjoanense, refletia menos de 40% dos postos de trabalho do Porto (Monteiro, 2019). Os comerciantes locais e munícipes também parecem ter visto a oferta de emprego aumentar na cidade, além de apontarem para a diversificação dos postos de trabalho, “que antes se encontravam em torno da fábrica de tecido (Tecex), fábrica de conhaque de alcatrão e prefeitura” (Monteiro, 2019, p. 75). Mas se pensarmos que apenas 40% das vagas de emprego geradas pelo Porto do Açu são ocupadas por sanjoanenses, podemos pensar que há um potencial de empregabilidade muito maior. Podemos ainda levar em conta outros setores paralelos que crescem no município em decorrência do Porto e a própria projeção de crescimento do porto com os futuros investimentos.

METODOLOGIA

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa com um desenho que combina entrevistas semiestruturadas, entrevistas em profundidade e análise documental, embasado na compreensão das dinâmicas de vulnerabilidade e adaptação dos jovens diante das mudanças estruturais promovidas pelo Novo Ensino Médio e pela lógica neoliberal. O foco será compreender como a juventude sanjoanense avalia sua preparação para o mercado de trabalho e como os itinerários formativos contribuem para essa percepção, considerando também as pressões e desafios impostos pelo contexto socioeconômico local de São João da Barra-RJ.

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com dois gestores educacionais (diretores ou coordenadores pedagógicos) de cada escola estadual, que fornecerão uma visão abrangente e articulada sobre a oferta e implementação dos itinerários formativos. A entrevista será estruturada em duas partes: uma voltada a dados objetivos, abordando quais itinerários são oferecidos e as condições de implementação; e outra para explorar o processo de integração curricular e as dificuldades percebidas. Adicionalmente, será realizada uma análise documental dos currículos dos itinerários formativos oferecidos para compreender como as diretrizes curriculares se alinham (ou divergem) das necessidades de formação para o mercado de trabalho e desenvolvimento individual dos estudantes, conforme enfatizado pelo Novo Ensino Médio.

Para explorar a percepção dos jovens sobre sua preparação para o mercado de trabalho, serão conduzidas entrevistas em profundidade com estudantes do terceiro ano do ensino médio, utilizando uma amostra estratificada por itinerário formativo e marcadores sociais (raça, gênero, e contexto socioeconômico). Essa abordagem permitirá compreender as diferentes vivências dos jovens de acordo com suas trajetórias educacionais, de forma a identificar a influência dos itinerários formativos na percepção de inclusão e preparação para o mercado de trabalho local, especialmente considerando os efeitos da precarização laboral e das exigências de autonomia e autoexploração. As entrevistas seguirão até alcançar a saturação qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, será realizada uma análise de conteúdo temática das entrevistas e documentos, focada na identificação e codificação de temas principais e subtemas, tais como *expectativas de inserção no mercado de trabalho, precarização e autonomia forçada, papel do Estado na educação e no suporte juvenil e experiências com itinerários formativos*. Serão utilizados softwares de análise qualitativa para organizar os dados e estruturar categorias que permitam comparar as percepções dos jovens com as condições reais oferecidas pelas escolas e pelo mercado de trabalho local.

Cada tema será analisado considerando a articulação entre currículo e realidade de São João da Barra, focando em como as escolhas educacionais (itinerários) e as políticas institucionais influenciam o desenvolvimento de habilidades e a construção de projetos de vida. A análise temática buscará destacar as narrativas que revelam a percepção de uma formação orientada ao "empreendedorismo de si", ou seja, ao imperativo neoliberal de responsabilidade individual, bem como as percepções sobre a ausência de suporte e reconhecimento institucional.

Na segunda etapa, a análise relacional se aprofunda ao explorar como as vulnerabilidades estruturais e sociais impactam a experiência e a percepção dos jovens sobre os itinerários formativos e o mercado de trabalho. Os dados serão organizados em torno de categorias de distribuição, reconhecimento e participação social, considerando como essas esferas influenciam o sentimento de pertencimento e o acesso às oportunidades.

A análise investigará como as redes de apoio (ou a falta delas) no contexto local impactam os jovens de diferentes contextos socioeconômicos, especialmente no que tange às

oportunidades para aqueles em situação de vulnerabilidade econômica. Serão examinadas as percepções sobre a desigualdade de acesso a recursos e formação adequada, bem como os efeitos dessa desigualdade na construção de identidades e no projeto de vida dos estudantes. As trajetórias dos jovens serão comparadas, buscando evidenciar como as diferenças de contexto (classe social, gênero e trajetória escolar) influenciam a capacidade de responder às exigências de um mercado que valoriza a autossuficiência.

Finalmente, uma análise interpretativa crítica será aplicada para conectar as percepções juvenis às dinâmicas mais amplas de precarização, desestruturação e economia moral do capital. Serão analisados os discursos e narrativas dos jovens quanto à precarização do trabalho, autonomia e desenvolvimento pessoal, trazendo a teoria de Sennett (1999) sobre a fragmentação emocional e identitária causada pelo capitalismo flexível e as transformações da economia contemporânea. Esse aspecto permitirá uma compreensão aprofundada de como o ideal de "autonomia" promovido pelo Novo Ensino Médio colide com a realidade de vulnerabilidade dos jovens.

O foco estará em interpretar como os estudantes internalizam ou resistem aos valores de competitividade e autossuficiência impostos pelo modelo neoliberal, e de que forma essas lógicas influenciam a concepção de sucesso e fracasso pessoal. A partir de uma leitura crítica das falas dos jovens, buscar-se-á evidenciar as tensões entre suas expectativas e as limitações do sistema educacional e econômico local. O conceito de “vida emocional à deriva” de Sennett será central para compreender os sentimentos de insegurança e instabilidade que atravessam as experiências dos jovens, revelando como o desmonte de laços comunitários e de suporte social transforma suas perspectivas de futuro e de pertencimento ao coletivo.

Por fim, a análise culminará na construção de "mapas de vulnerabilidade", que identificarão as principais dificuldades enfrentadas pelos jovens no processo de formação e transição para o mercado de trabalho. Esses mapas serão desenvolvidos a partir da combinação dos dados qualitativos com as informações contextuais do município e servirão para relacionar os tipos de suporte social disponíveis com as demandas identificadas nos relatos juvenis.

CONCLUSÃO

Dado que esta pesquisa ainda está em fase inicial, as reflexões aqui apresentadas são preliminares e baseadas em análises teóricas e no contexto socioeconômico de São João da Barra. No entanto, os debates sobre o Novo Ensino Médio já apontam para questões importantes, especialmente no que se refere à justiça social, inclusão e controle social. A pesquisa busca avançar na compreensão de como os itinerários formativos são percebidos pelos jovens sanjoanenses e se as reformas educacionais estão de fato contribuindo para a inclusão social ou apenas reforçando desigualdades estruturais.

Nas próximas etapas, será fundamental coletar dados empíricos diretamente com os jovens da região, permitindo uma análise mais detalhada sobre suas percepções em relação ao currículo do Novo Ensino Médio e sua preparação para o mercado de trabalho. Isso proporcionará uma visão mais concreta sobre o impacto real das mudanças curriculares e o alinhamento entre as expectativas dos estudantes e as demandas socioeconômicas locais, especialmente em um contexto de grandes transformações econômicas como o de São João da Barra.

REFERÊNCIAS

- Bajoit, G.; Franssen, A. **O trabalho, busca de sentido**. Tradução: Catani, D. B. Revista Brasileira de Educação, n. 5-6, mai./dez. 1967.
- Castells, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- Coriat, B. **Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção**. In: Hirata, H. Sobre o “modelo” japonês. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Edusp, 1993.
- Cuervo, H. y Miranda, A. (2023). **Social Justice and Young People: Thinking About Distribution, Recognition, and Participation in Youth Studies**. En J. Wyn et al (eds.), handbook of Children and Youth Studies. https://doi.org/10.1007/978-981-4451-96-3_43-2
- Fraser, N. (1991). **La lucha por las necesidades: esbozo de una teoría crítica socialista-feminista de la cultura política del capitalismo tardío**. Debate Feminista, marzo, 3-40. https://debatefeminista.cieg.unam.mx/index.php/debate_feminista/article/view/1493/1331
- Gorz, A. **O imaterial. Conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.
- Gray, P., & Smith, R. (2024). **Youth justice and social harm: Towards a ‘theory of the good’**. Criminology & Criminal Justice, 0(0). <https://doi.org/10.1177/17488958241254446>
- Harvey, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- Merklen, D. (2013). **“Las dinámicas contemporáneas de la individuación”**. En Castel, R., Kessler, G., Merklen, D., Murard, M. Individuación, precariedad, inseguridad ¿desinstitucionalización del presente? Buenos Aires: Paidós. Disponible en: https://catedradatos.com.ar/media/Merklen_Las-dinamicas-contemporaneas-4.pdf
- Monteiro, C. A. **Transformações Socioeconômicas em São João da Barra: o que se deve ao Complexo Industrial e Portuário do Açú - RJ na percepção dos atores locais?** 8 (Orientadora) Graciela Aparecida Profeta. Campos dos Goytacazes, 2019.
- Pedlowski, M. **A construção do Complexo industrial-Portuário do Açú em São João da Barra: oscilando entre o sonho e o pesadelo**. Jornal dos Economistas. Agosto de 2012. No 277.
- Pessanha, R. M.; Filho, H. G.; Júnior, L. P. Q.; Neto, R. S.; Oliveira, F. G. **A Gênese do Complexo Logístico Industrial Porto do Açú: oportunidades e desafios para o desenvolvimento da Região Norte Fluminense**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, [S. l.], v. 10, n. 2, 2014.

Sennet, R. **A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1999.

Silva, R. C. R. S. Da; Carvalho, A. M. de. **Formação econômica da Região Norte Fluminense.** In: Pessanha, R. M.; Neto, R. e S. (Orgs.). Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC, 2004. p. 27-75.

Tommasi, L.; Corrochano, M. C. **Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil.** Estudos Avançados, v. 34, p. 353-372, 2020.